

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO E PESQUISA

RESOLUÇÃO Nº 839 - DE 1º DE ABRIL DE 1982

EMENTA: Aprova os Cursos de Extensão do Departamento de Direito Público.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral, e em cumprimento às decisões dos Egrégios Conselhos Superiores de Ensino e Pesquisa e de Administração, em sessões realizadas, respectivamente, nos dias 1º.04.82 e 10.05.1982, promulga a seguinte

R E S O L U Ç Ã O :

Art. 1º - Fica aprovado os Cursos de Extensão: - Medidas Coativo-Cautelares e a Lei de Segurança Nacional; - Os Partidos Políticos e o Sistema Eleitoral Brasileiro; - Aspêctos Controvertidos no Processo de Execução; - A Nova Lei de Execução Fiscal e os Crimes de Sonegação Tributária; - A Política Penitenciária Nacional ; - Usucapião e Ações Possessórias, de responsabilidade do Departamento de Direito Público, do Centro Sócio-Econômico; tudo de conformidade com o Regulamento anexo e demais especificações constantes dos autos do Proc. nº 02.670/82.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Pará, em 10 de maio de 1982



Prof. Dr. DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUZA
Reitor

Presidente do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa

- Título: "Medidas Coativo-Cautelares e a Lei de Segurança Nacional"
- Centro: Sócio-Econômico
- Departamento: Direito Público
- Entidade Executora: UFPa/ Centro Sócio-Econômico/ Departamento de Di
reito Público.
- Forma de Financiamento: Auto-Financiado.
- Coordenação Didática-Científica: Departamento de Direito Público
- Professor Responsável: João Roberto Mendes Cavalleiro de Macedo.
- Justificativa: Necessidade de aprofundamento na análise das medidas coa
tivo-cautelares, prevista no processo penal comum e es
pecial, tendo em vista as novas implicações decorrentes
da Lei de Segurança Nacional.
- Objetivos:
 - Geral: Propiciar o aprimoramento técnico dos discentes do Cur
so de Direito através do debate de assuntos palpitan
tes da realidade brasileira.
 - Específicos: Permitir a precisa identificação dos aspectos ju
rídicos controvertidos da matéria analisada.
Propiciar a formação de ponto de vista pessoal re
lativamente à legislação pertinente, em face do
ordenamento jurídico vigente no país.
- Carga horária: 15 horas
- Créditos: 01
- Início previsto: 22.03.82
- Término previsto: 26.03.82
- Local de funcionamento: Auditório do Centro Sócio-Econômico
- Condições de inscrição e Número de vagas:
 - Inscrições: Requisitos: Discentes do Curso de Direito
Local: Centro Sócio-Econômico/Deptº de Direito Público
Período: 15 a 19.03.82
Horário: das 08:00 às 10:00 horas
- Número de Vagas: - Discentes: 50

- Calendário e Programa:

Dia 22 (2a. feira) - Prisão Preventiva "stricto sensu"/Prisão em fla
grante delito.

Dia 23 (3a. feira) - Prisão decorrente de decisão instrutória de pro
núncia.

Dia 24 (4a. feira) - Prisão para efeito de interposição de recurso.

Dia 25 (5a. feira) - Custódia cautelar imposta pelo encarregado do in
quérito nos crimes contra a segurança nacional.

Dia 26 (6a. feira) - Avaliação.

- Corpo Docente: Wilhan de Almeida Cavalcante.

- Verificação de Aprendizagem:

Dia: 26.03.82

Hora: 18:00 horas

Modo: Prova escrita ou Seminário.

- Requisitos para a concessão de certificados:

Conceito: Igual ou Superior a Regular (R)

Frequência: 80%

- Cobrança de Taxas:

Créditos: Será cobrada a taxa de Cr\$ 340,00, conforme a Resolução nº
104/CONSAD de 27.11.81.

Certificados: A taxa de certificados será de Cr\$ 510,00 conforme a Re
solução acima citada.

- Orçamento:

O Curso é Auto-Financiado

- Título: "Os Partidos Políticos e o Sistema Eleitoral Brasileiro"
- Centro: Sócio-Econômico
- Departamento: Direito Público
- Entidade Executora: UFPa/Centro Sócio-Econômico/Deptº de Direito Público.
- Forma de Financiamento: Auto-Financiado
- Coordenação Didática-Científica: Departamento de Direito Público
- Professor Responsável: João Roberto Mendes Cavalleiro de Macedo
- Justificativa: Necessidade de aprofundamento do exame da presente conjuntura política brasileira, analisando-a sob o enfoque estritamente técnico-jurídico.

- Objetivos:

Geral: Propiciar o aprimoramento técnico dos discentes do Curso de Direito através do debate de assuntos palpantes da realidade brasileira.

Específicos: Propiciar a precisa identificação dos aspectos controvertidos da matéria.

Ensejar a formação de ponto de vista técnico referente à legislação vigente.

- Carga horária: 15 horas
- Créditos: 01
- Início previsto: 12.04.82
- Término previsto: 16.04.82
- Local de funcionamento: Auditório do Centro Sócio-Econômico
- Condições de Inscrição e Número de Vagas:

Inscrições: Requisitos: Discentes do Curso de Direito

Local: Centro Sócio-Econômico/Deptº de Direito Público

Período: 5 a 9.02.82

Horário: das 08:00 às 12:00 horas

Número de vagas: Discentes: 50

- Calendário e Programa:

Dia 12 (2a. feira) - Poderes do Estado/Processo Legislativo

Dia 13 (3a. feira) - Controle Jurisdicional de Constitucionalidade



Dia 14 (4a. feira) - Partidos Políticos

Dia 15 (5a. feira) - Sistema Eleitoral

Dia 16 (6a. feira) - Avaliação.

- Corpo Docente: Antônio Erlindo Braga
Edilson Oliveira e Silva

- Verificação de aprendizagem:

- Dia: 16.04.82

- Hora: 18:00 horas

- Modo: Prova escrita ou Seminário

- Requisitos para a concessão de certificados:

Conceito: Igual ou superior a Regular (R)

Frequência: 80%

- Cobrança de taxas:

Créditos: será cobrada a taxa de Cr\$ 340,00, conforme Resolução nº 104
CONSAD de 27.11.81.

Certificados: A taxa de certificados será de Cr\$ 510,00, conforme Reso-
lução acima citada.

- Orçamento: O Curso é Auto-Financiado

x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x

- Título: "Aspectos Controvertidos no Processo de Execução"

- Centro: Sócio-Econômico

- Departamento: Direito Público

- Entidade Executora: UFPa/Centro Sócio-Econômico/Deptº de Direito Públi-
co.

- Forma de Financiamento: Auto-Financiado

- Coordenação Didática Científica: Deptº de Direito Público

- Professor Responsável: João Roberto Mendes Cavalleiro de Macedo

- Justificativa: Indispensabilidade de fornecer ao corpo discente do Cur-
so de Direito, uma visão panorâmica mais abrangente a
respeito do assunto; ampliando conhecimentos básicos do
Curso de graduação.

- **Objetivos :**

Geral: Propiciar o aprimoramento técnico dos discentes do Curso de Direito através do debate de assuntos palpitantes da realidade brasileira.

Específicos: Propiciar a tipificação dos casos ensejadores de polêmicas doutrinárias e decisões jurisprudenciais divergentes.

- Carga horária : 15 horas

- Créditos : 01

- Início previsto : 26.04.82

- Término previsto : 30.04.82

- Local de funcionamento : Auditório do Centro Sócio-Econômico

- Condições de Inscrições e Número de Vagas :

Inscrições: Requisitos : Discentes do Curso de Direito

Local : Centro Sócio-Econômico/Deptº de Direito Público

Período : 19 a 23.04.82

Horário : das 8 às 12 horas

Número de vagas : Discentes: 50

- Calendário e Programa :

Dia 26 (2a. feira) - Processo de Execução-Visão genérica

Dia 27 (3a. feira) - Espécies de Execução previstas pela legislação processual

Dia 28 (4a. feira) - Alienação Judicial

Dia 29 (5a. feira) - Embargos do devedor

Dia 30 (6a. feira) - Avaliação

- Corpo Docente : Ophir Filgueiras Cavalcante

- Verificação de aprendizagem :

Dia : 30.04.82

Hora : 18 horas

Modo : Prova escrita ou Seminário

- Requisitos para a concessão de certificados :

Conceito : Igual ou superior a Regular (R)

Frequência : 80%

- Cobrança de taxas :

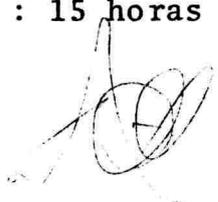
Créditos : Será cobrada a taxa de Cr\$ 340,00, conforme Resolução nº 104/CONSAD de 27.11.81

Certificados : A taxa de certificados será de Cr\$ 510,00 conforme a Resolução acima citada.

- Orçamento : O curso é auto-financiado.



- Título : "A nova Lei de Execução Fiscal e os crimes de Sonegação Tributária"
- Centro : Sócio- Econômico
- Departamento : Direito Público
- Entidade Executadora : UFPa./ Centro Sócio-Econômico/Deptº de Direito Público.
- Forma de Financiamento : Patrocinador - Ins. de Direito Tributário do Pará - IDTP
- Coordenação Didática-Científica : Deptº de Direito Público
- Professor Responsável : João Roberto Mendes Cavalleiro de Macedo
- Justificativa : A retirada do processo de execução para cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública do campo do Código de Processo Civil ensejou que se tornasse imprescindível o exame mais acurado da nova Lei de Execução Fiscal tendo em vista não somente as modificações processuais trazidas pela Lei 6.830, como também pelos constantes alegativos de inconstitucionalidade de vários dispositivos constantes no bojo da mesma. A participação de membros do Instituto de Direito Tributário do Pará objetiva permitir uma abordagem técnica de maior profundidade sobre a matéria em se tratando o IDTP de Entidade que vise estritamente a análise de assuntos como o de que trata o presente projeto.
- Objetivos :
 - Geral : Propiciar o aprimoramento técnico dos discentes do Curso de Direito e demais participantes mediante o debate de assuntos palpitantes de realidade brasileira.
 - Específicos : 1 - Propiciar aos participantes de curso condições de identificar as diferenças básicas existentes entre o Proc. de Execução do C.P. C. e o da Lei 6.830. 2 - Identificar os dispositivos legais que possam ser suscetíveis de inconstitucionalidade ou violação da Lei Complementar Tributária Básica (Cod. Trib. Nacional).
- Carga horária : 15 horas
- Créditos : 01



- Início previsto : 10.05.82
- Término previsto : 14.05.82
- Local de funcionamento : Auditório do Centro Sócio-Econômico
- Condições de Inscrições e Número de Vagas :
Inscrições : Requisitos - Discentes do Curso de Direito e Associados
do Instituto de Direito Tributário do Pará
Local - Centro Sócio-Econômico/Deptº de Direito Público
Período - De 03 a 07.05.82
Horário - Das 8 às 12 horas
Número de vagas : Discentes : 50
Outros : 50 associados do IDTP
- Calendário e Programa :
Dia 10 (2a. feira) - Conceito de dívida ativa/O título executivo e a petição inicial - efeitos.
Dia 11 (3a. feira) - A defesa do executado/Extinção do processo - Aspectos polêmicos da Lei nº 6.830.
Dia 12 (4a. feira) - Evasão e sonegação - Ilícito fiscal e ilícito penal - a ação penal nos crimes de sonegação fiscal.
Dia 13 (5a. feira) - Nova Política tributária ensejando ampliação de figuras penais - Aspectos polêmicos da Lei nº 4729/65.
Dia 14 (6a. feira) - Avaliação.
- Corpo Docente : Paulo de Tarso Dias Klautau
Almerindo Augusto de Vasconcelos Trindade
- Verificação de aprendizagem :
Dia - 14.05.82
Hora - 18 horas
Modo - Prova escrita ou Seminário
- Requisitos para a concessão de certificados :
Conceito : Igual ou superior a Regular (R)
Frequencia : 80%
- Cobrança de taxas :
Créditos : Será cobrada a taxa de Cr\$ 340,00, conforme Resolução nº 104/CONSAD de 27.11.81.
Certificados : A taxa dos certificados será de Cr\$ 510,00, conforme Resolução acima citada.
- Orçamento : O curso é patrocinado pelo Instituto de Direito Tributário do Pará - IDTP.

- Título : "A Política Penitenciária Nacional".
- Centro : Sócio-Econômico
- Departamento : Direito Público
- Entidade Executora : UFPa./Centro Sócio-Econômico de Direito Público
- Forma de Financiamento : Patrocinador - Instituto de Criminologia do Pará - ICRIP
- Coordenação Didática-Científica : Deptº de Direito Público
- Professor Responsável : João Roberto Mendes Cavalleiro de Macedo
- Justificativa : Necessidade de análise mais aprofundada das tendên
cias existentes no Direito Positivo Brasileiro, quanto
a mudança da vigente política penitenciária.
Em se tratando de assunto altamente especializado, a
participação de membros do Instituto de Criminologia
do Pará objetiva uma abordagem técnica de maior pro
fundidade.
- Objetivos :
 - Geral : Propiciar o aprimoramento técnico dos discentes do
Curso de Direito através do debate de assuntos pa
pitantes da realidade brasileira.
 - Específicos : Permitir aos participantes do curso a iden
tificação dos pontos negativos e de estagnação
da atual política penitenciária, propi
ciando a formação de entendimento a respeito
de possíveis mudanças que se possam efeti
var.
- Carga Horária : 15 horas
- ↳ Créditos : 01
- Início previsto : 24.05.82
- Término previsto : 28.05.82
- Local de funcionamento : Auditório do Centro Sócio-Econômico
- Condições de Inscrições e Número de Vagas :
 - Inscrições : Requisitos - Discentes do Curso de Direito e associados
do Instituto.
 - Local - Centro Sócio-Econômico/Deptº de Direito Público
 - Período - 17 a 21.05.82
 - Horário - Das 8 às 12 horas
- Nº de vagas : Discentes -50
 - Outros - 20 associados do Inst. de Criminologia do Pará

- Calendário e Programa :
 - Dia 24 (2a. feira) - A ciência das prisões
 - Dia 25 (3a. feira) - A execução penal do Brasil/As penas privativas de liberdade.
 - Dia 26 (4a. feira) - A execução penal no Pará
 - Dia 27 (5a. feira) - A justiça criminal e a execução das penas de prisão
 - Dia 28 (6a. feira) - Avaliação.
- Corpo Docente : João Batista Klautau Leão
Edmundo Alberto Branco de Oliveira
- Verificação de aprendizagem :
 - Dia - 28.05.82
 - Hora - 18 horas
 - Modo - Prova escrita ou Seminário
- Requisitos para a concessão de certificados :
 - Conceito - Igual ou superior a Regular (R)
 - Frequência - 80%
- Cobrança de Taxas :
 - Créditos - Será cobrada a taxa de Cr\$ 340,00, conforme a Resolução nº 104/CONSAD de 27.11.81
 - Certificados - A taxa de certificados será de Cr\$ 510,00, conforme Resolução acima citada.
- Orçamento : O curso é patrocinado pelo Instituto de Criminologia do Pará - ICRIP .

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

- Título : "Usucapião e Ações Possessórias"
- Centro : Sócio-Econômico
- Departamento : Direito Público
- Entidade Executora : UFPa./Centro Sócio-Econômico/Deptº Direito Público
- Forma de Financiamento : Auto-Financiado
- Coordenação Didática-Científica : Deptº de Direito Público
- Professor Responsável : João Roberto Mendes Cavalleiro de Macedo
- Justificativa : As recentes medidas adotadas pelo Governo Federal a respeito do instituto do usucapião têm ocasionado

divergências doutrinárias conflitantes que levam à necessidade do assunto em conjunto com as ações possessórias, tendo em vista às questões de natureza social decorrentes dos casos concretos.

- **Objetivos :**

Geral - Propiciar o aprimoramento técnico dos discentes do Curso de Direito através do debate de assuntos palpitantes da realidade brasileira.

Específico - Caracterizar as medidas legais cabíveis às hipóteses de litígios decorrentes dos institutos de propriedade e posse.

Tipificar o campo exato de abrangência do instituto de usucapião em face das modificações introduzidas na legislação pertinente e suas reais consequências no âmbito social.

- **Carga Horária :** 15 horas

- **Créditos :** 01

- **Início previsto :** 14.06.82

- **Término previsto :** 18.06.82

- **Local de funcionamento :** Auditório do Centro Sócio-Econômico

- **Condições de Inscrições e Número de Vagas:**

Inscrições : Requisitos - Discentes do Curso de Direito

Local - Centro Sócio-Econômico/Deptº de Direito Público

Período - 7 a 11.06.82

Horário - Das 8 às 12 horas

Número de vagas : Discentes - 50

- **Calendário e Programa :**

Dia 14 (2a. feira) - Ações Possessórias- manutenção e reintegração de posse - interdito proibitório.

Dia 15 (3a. feira) - Esboço histórico da propriedade territorial rural do Brasil

Dia 16 (4a. feira) - Terras devolutas/Propriedade e posse

Dia 17 (5a. feira) - Usucapião - conceito e espécie - Aspectos controvertidos da Lei nº 6.969 de 10 de dezembro de 1981.

Dia 18 (6a. feira) - Avaliação

- **Corpo Docente :** Francisco Caetano Miléo

Delmiro dos Santos

- Verificação de aprendizagem :
 - Dia - 18.06.82
 - Hora - 18 horas
 - Modo - Prova escrita ou Seminário
- Requisitos para a concessão de certificados :
 - Conceito - Igual ou superior a Regular (R)
 - Frequência - 80%
- Cobrança de Taxas :
 - Crédito - Será cobrada a taxa de Cr\$ 340,00, conforme a Resolução nº 104/CONSAD de 27.11.81
 - Certificados - A taxa do certificado será de Cr\$ 510,00, conforme Resolução acima citada.
- Orçamento : O curso é auto-financiado.

